



FOTO: RODRIGO CLEMENTE/FPBH

Os dados monitorados pelo Observatório Covid-19 Fiocruz continuam a revelar a manutenção das tendências de queda dos indicadores relacionados à transmissão do Sars-CoV-2, vírus causador da Covid-19, comprovando a efetividade da campanha de vacinação, que tem por um dos seus objetivos reduzir a gravidade da doença entre os vacinados. Ainda é mantida a tendência de queda dos indicadores de casos, óbitos e taxas de ocupação de leitos de UTI Covid-19 para adultos no SUS, com apenas um estado e duas capitais na zona de alerta intermediário.

O principal objetivo das vacinas é o de redução do impacto da Covid-19, produzindo menos casos graves, internações e óbitos, sem, no entanto, o bloqueio completo da transmissão do vírus. A atual situação de alguns países europeus é bastante reveladora pois, neste contexto de avanços no processo de vacinação, parcelas das populações não vacinadas vêm resultando no que alguns classificam como “pandemia dos não vacinados”.

No Brasil, com cerca de 60% da população com esquema vacinal completo, a estimativa é de cerca de 1,15 óbito por milhão de habitantes, segundo dados disponíveis no ourworldindata.org/coronavirus. Entretanto, países como Áustria, Lituânia e Alemanha, com percentuais maiores da população vacinada (63,7%, 65,2% e 67% respectivamente), vêm não só enfrentando um grande crescimento de internações, principalmente entre os não vacinados, mas

também no indicador de óbitos por milhão de habitantes, que se encontra em 2,23 para Alemanha, 4,00 para Áustria e 10,62 para Lituânia.

Considerando que a pandemia não acabou e que o vírus continua circulando, é motivo de preocupação e atenção o fato de haver 40% da população sem esquema vacinal completo, em um contexto de aumento da circulação de pessoas nas ruas, que tende ainda a se intensificar com a proximidade da temporada de festas de fim ano e férias. A vacinação é a estratégia mais poderosa que existe hoje, sendo efetiva na redução de casos graves, oferecendo também alguma proteção contra a transmissão, embora sem capacidade de impedi-la completamente. Foram alcançados muitos ganhos no Brasil com a ampliação e aceleração da vacinação, permitindo que várias atividades venham sendo retomadas.

O alerta vindo da Europa, com o que se denomina de “pandemia dos não vacinados” e o retorno de rigorosas restrições, aponta para a necessidade de estratégias mais ativas de vacinação, incluindo campanhas e exigência de passaporte vacinal para atividades em ambientes fechados e/ou de grande concentração de pessoas, para que não sejam perdidos os ganhos adquiridos. Concomitante ao esforço da vacinação, medidas como o uso de máscaras em locais fechados e locais abertos com aglomeração, preservação de distanciamento físico e higiene constantes das mãos permanecem sendo de grande relevância.

Casos e óbitos por Covid-19

Os dados registrados na Semana Epidemiológica (SE) 45, de 7 a 13 de novembro, mostram um ligeiro aumento dos valores de indicadores da transmissão da Covid-19. Foram notificados, ao longo da SE, uma média diária de 11,4 mil casos confirmados e 260 óbitos por Covid-19. Esses valores representam um pequeno aumento do número de casos registrados (1,9% ao dia) e do número de óbitos (1,2% ao dia) em relação à semana anterior (31 de outubro a 6 de novembro). Esses e outros dados sobre vacinação e indicadores da transmissão de Covid-19 podem ser visualizados no sistema MonitoraCovid-19, disponibilizado pelo Instituto de Comunicação e Informação em Saúde (Icict/Fiocruz).

Considerando a série histórica recente, esses valores mostram a estabilidade dos indicadores usados pelo Observatório Covid-19 da Fiocruz nas últimas cinco semanas, isto é, desde 10 de outubro. Outros períodos de elevação momentânea dos indicadores foram também observados em julho e setembro, o que não necessariamente representa uma reversão da tendência de queda dos indicadores de transmissão. A oscilação pode ser resultado de falhas no fluxo de dados pelo e-SUS e pelo Sivep-Gripe. Esses sistemas vêm apresentando problemas na coleta, digitalização e disponibilização de registros de casos e óbitos. As falhas se refletem na divulgação de registros, ora muito abaixo do esperado, ora de aumento abrupto no número divulgado de casos de Covid-19, como observado entre as SE 37 e 42.

A proximidade da temporada de festas e de férias apresenta riscos de decisões equivocadas, baseadas em dados com atraso e sujeitos a represamento. O Brasil, e suas unidades federativas, deve estar preparado para identificar rápida e precisamente possíveis surtos locais ou

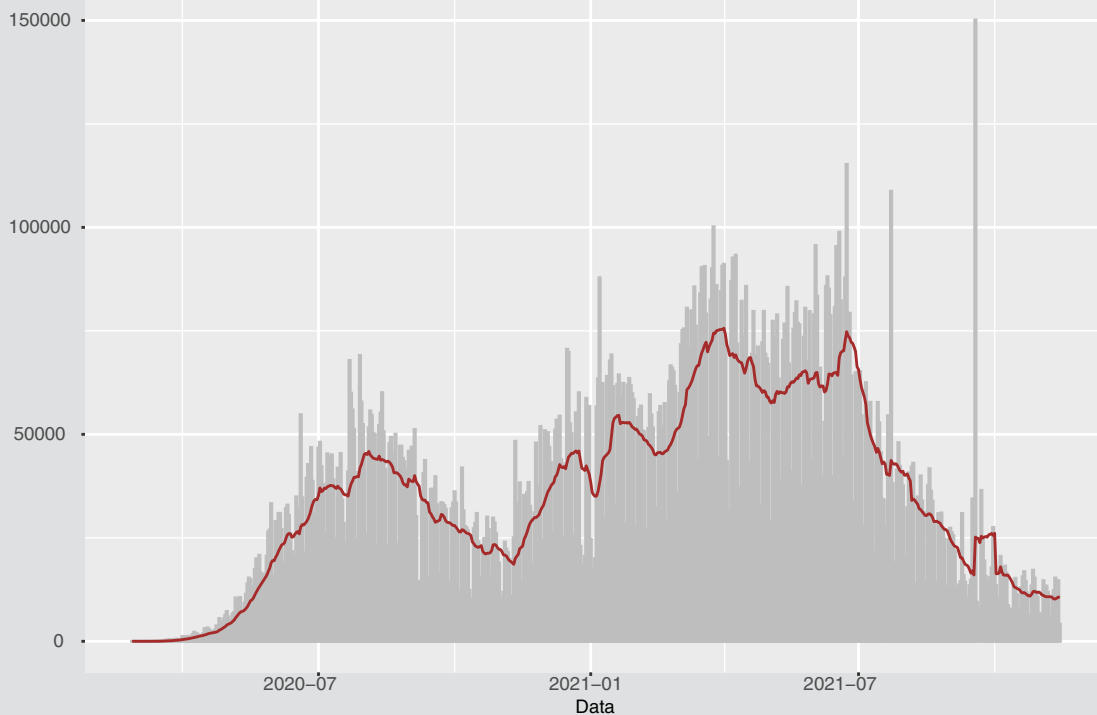
mesmo o retorno de altas taxas de transmissão da doença, como vem acontecendo em alguns países europeus, principalmente do leste do continente. Para assegurar o transcurso do verão em condições seguras é essencial o aperfeiçoamento dos sistemas de informação, bem como a análise e divulgação oportuna de tendências e condições de risco.

Também é importante observar que a taxa de letalidade da doença no Brasil vem caindo, se situando atualmente na faixa de 2,3%. Apesar de ainda poder ser considerada elevada em relação aos padrões internacionais, a tendência comprova a efetividade da campanha de vacinação, que tem por um dos seus objetivos reduzir a gravidade da doença entre os vacinados, evitando internações e óbitos.

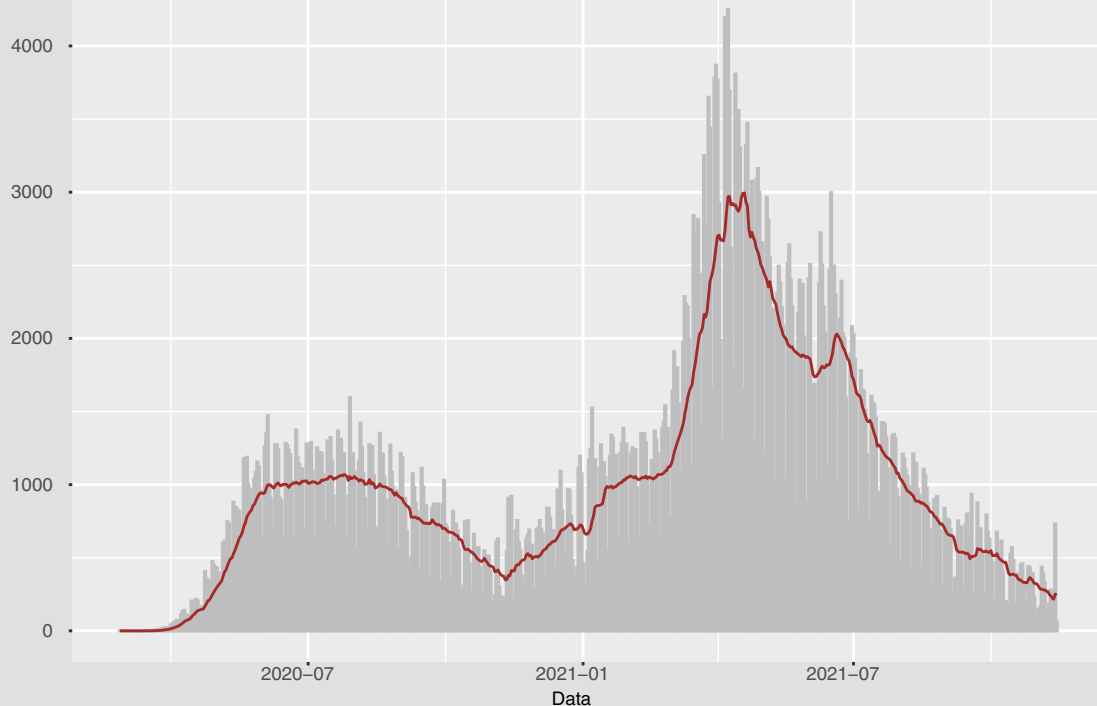
A tendência de manutenção desses indicadores, mesmo considerando as oscilações verificadas nas últimas SE, demonstra que a campanha de vacinação está atingindo um dos seus principais objetivos, qual seja, a redução do impacto da doença, produzindo menos óbitos e casos graves, no entanto, sem o bloqueio completo da transmissão da doença.

Por outro lado, é importante manter algumas medidas de proteção individual, como o uso de máscaras e higienização das mãos, junto à intensificação das campanhas de vacinação, com ampliação da cobertura das primeiras doses e o reforço vacinal em alguns casos já destacados pelo Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. No âmbito da assistência à saúde, este momento de baixa transmissão permite a adaptação do SUS para diagnosticar e tratar oportunamente possíveis doentes graves de Covid-19, bem como atender a demandas por atenção de outras enfermidades que vêm sendo adiadas durante a pandemia. Além disso, é necessário o reforço de ações de vigilância em saúde e a readequação dos serviços de atenção à saúde, das unidades básicas aos hospitais especializados.

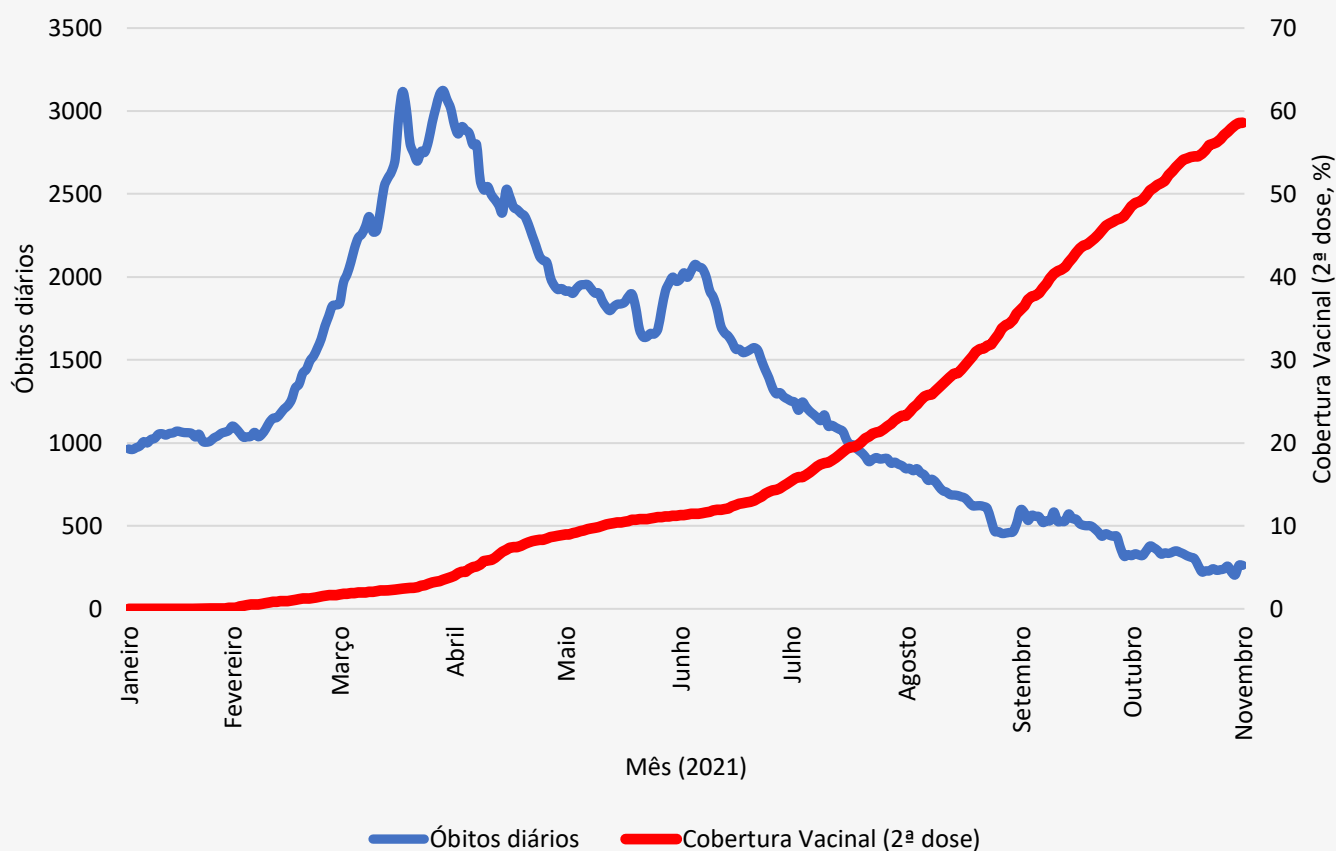
INCIDÊNCIA DE CASOS



INCIDÊNCIA DE ÓBITOS



NÚMERO DE ÓBITOS E PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL VACINADA COM ESQUEMA COMPLETO AO LONGO DE 2021



A inspeção visual das curvas, embora não permita uma análise conclusiva, é clara quando mostra que a queda de óbitos acompanha o crescimento da cobertura vacinal na população. Podemos supor, então, que a vacina cumpre seu objetivo de impedir casos graves e fatais de Covid-19.

MonitoraCovid-19

Leitos de UTI para Covid-19

As taxas de ocupação de leitos de UTI Covid-19 para adultos no SUS mantêm-se em níveis baixos, embora se verifiquem algumas oscilações tanto relacionadas ao gerenciamento de leitos como a eventuais aumentos nas internações, que podem repercutir em mudanças sensíveis no indicador, especialmente quando é baixa a disponibilidade de leitos. Entre 8 e 15 de novembro o Espírito Santo saiu da zona de alerta (53%), após permanecer por oito semanas consecutivas na zona de alerta intermediário. Em contrapartida, Rondônia entrou na zona de alerta intermediário (63%), após 13 semanas fora da zona de alerta, período em que os leitos disponíveis no estado se reduziram a cerca da metade. Os demais estados e o Distrito Federal permanecem fora da zona de alerta e o número de leitos de UTI, no geral, sofreu poucas mudanças no decorrer da última semana.

Rondônia é o único estado na zona de alerta intermediário. As outras 26 unidades estão fora da zona de alerta: Acre (4%), Amazonas (27%), Roraima (29%), Pará (54%), Amapá (18%), Tocantins (15%), Maranhão (24%), Piauí (58%), Ceará (42%), Rio Grande do Norte (49%), Paraíba (24%), Pernambuco (52%), Alagoas (30%), Sergipe (17%), Bahia (35%), Minas Gerais (16%), Espírito Santo (53%), Rio de Janeiro (27%), São Paulo (23%), Paraná (31%), Santa Catarina (38%), Rio Grande do Sul (54%), Mato Grosso do Sul (30%), Mato Grosso (34%), Goiás (29%) e Distrito Federal (58%).

Entre as capitais, Porto Velho (74%) e Porto Alegre (60%) estão na zona de alerta intermediário, enquanto as demais estão fora da zona de alerta: Rio Branco (4%), Manaus (48%), Boa Vista (29%), Macapá (22%), Palmas (15%), São Luís (20%), Teresina (52%), Fortaleza (15%), Natal (50%), João Pessoa (33%), Maceió (51%), Salvador (27%), Belo Horizonte (55%), Vitória (56%), Rio de Janeiro (51%), São Paulo (29%), Curitiba (39%), Florianópolis (54%), Campo Grande (32%), Cuiabá (47%), Goiânia (28%) e Brasília (58%). Embora se possa afirmar que Belém, Recife e Aracaju

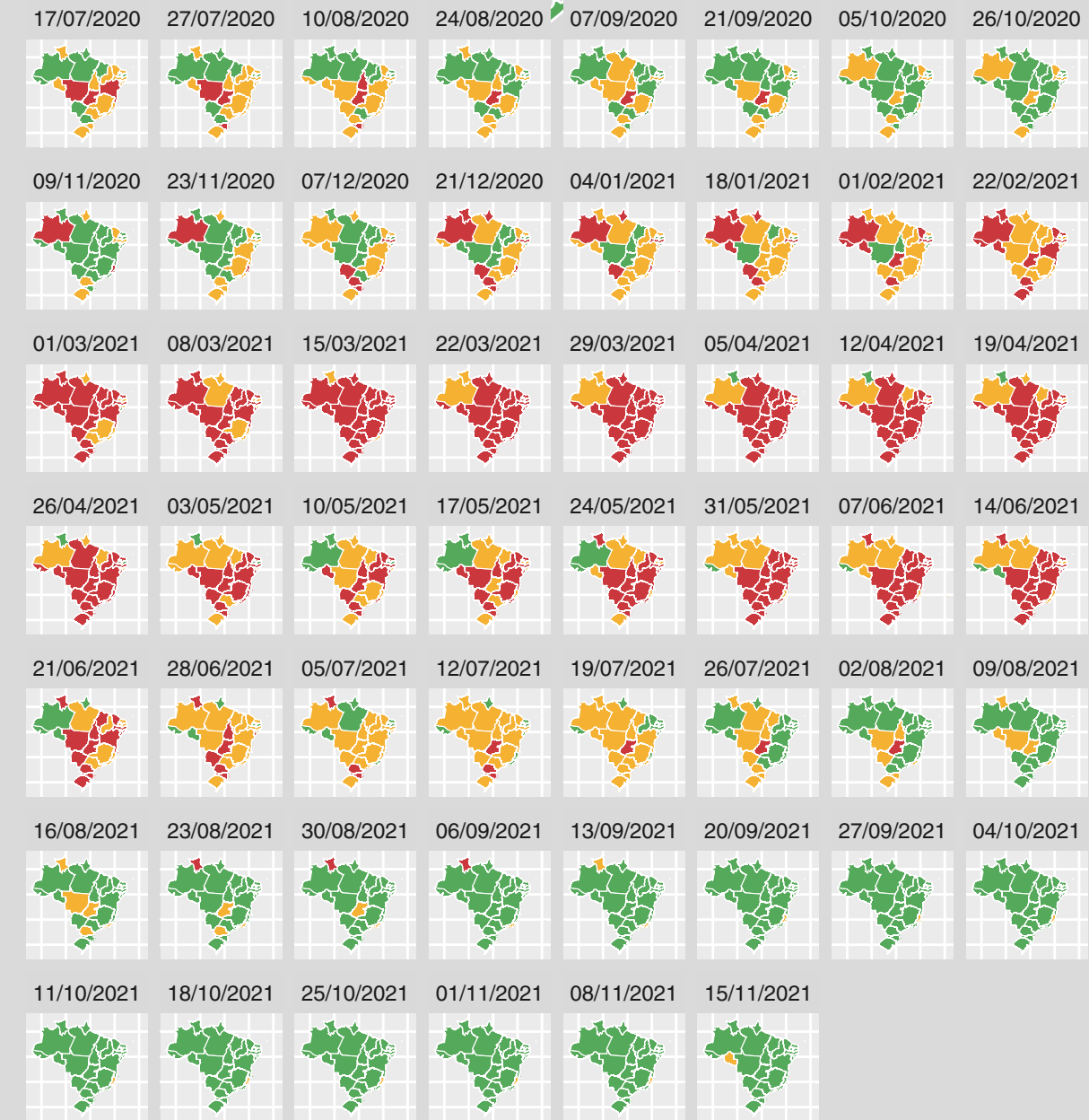
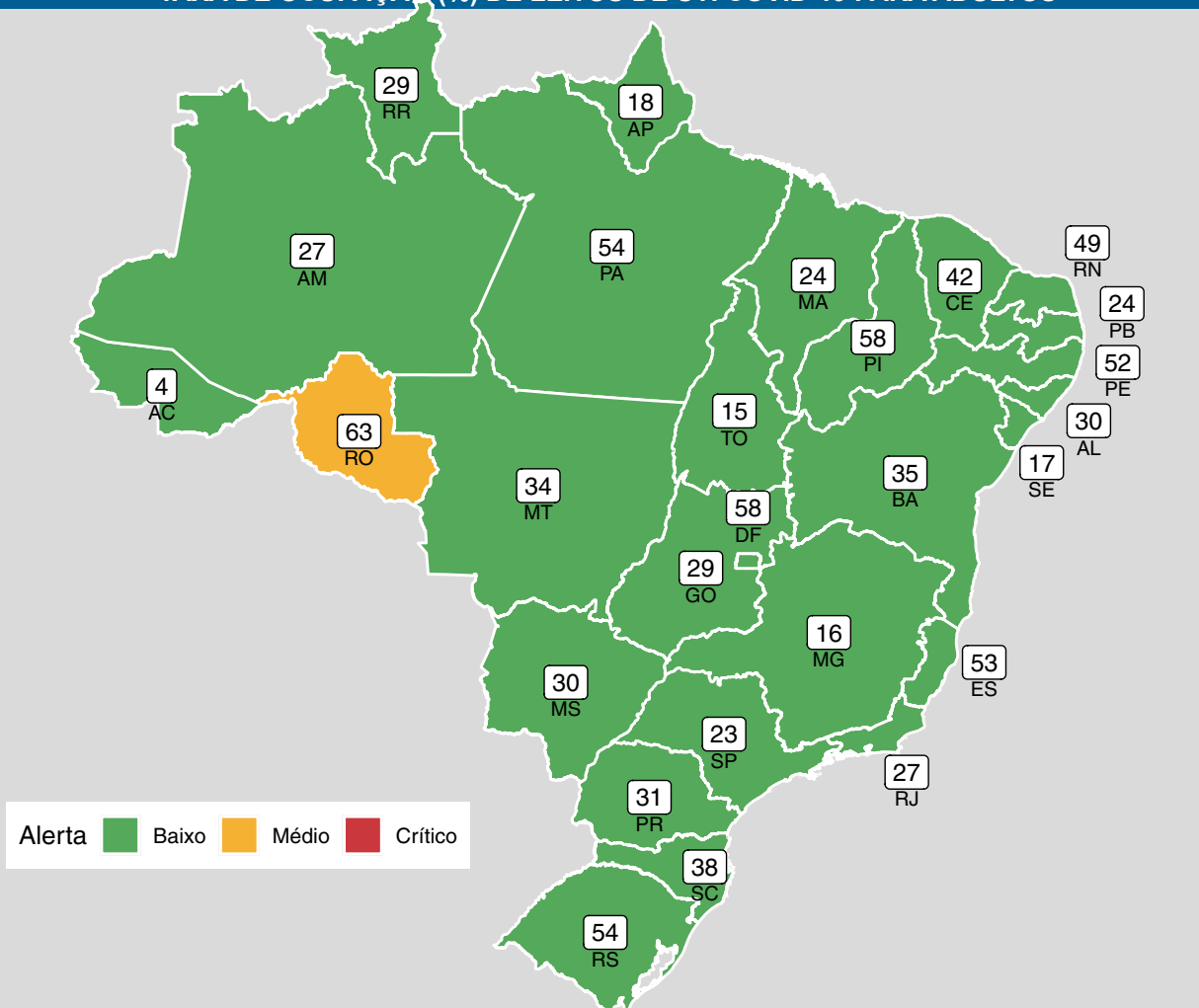
estejam fora da zona de alerta, as suas taxas não foram divulgadas separadamente.

O aprendizado sobre a Covid-19 tem se dado na medida do seu enfrentamento. Novas questões vão sendo colocadas a cada momento. O aumento de casos novos em países da Europa e da Ásia alerta sobre a possibilidade de, mesmo após a observação de quedas significativas nos indicadores da pandemia, voltar a ocorrer aumento de casos no Brasil. Dilemas se apresentam diante de situações em que a liberdade de decisão do indivíduo ameaça o direito de proteção à vida da coletividade. O direito a não se vacinar contra a Covid-19 deve ser mantido frente à grande propagação de casos novos por não vacinados? Que limites a sociedade deve impor àqueles que não se vacinam? Questões dessa natureza têm ganhado espaço de debate em diversos países e comunidades. Não se vence uma pandemia sem conhecimento, diálogo franco e a consciência do papel de cada um para um bom resultado para o coletivo.

Perguntas acerca da duração da proteção das vacinas, que já eram expressas antes do início da vacinação, começam a ser respondidas, confirmando a expectativa da necessidade de reforços.

Será preciso conviver com o Sars-CoV-2 e suas variantes ainda por algum tempo. A vacinação é a estratégia mais poderosa que existe hoje, mas ela não deve ocorrer de maneira isolada. As vacinas são muito efetivas na redução de casos graves, oferecendo também alguma proteção contra a transmissão, embora sem capacidade de impedi-la completamente. É fundamental continuar avançando na vacinação, buscando ampliar a cobertura de toda a população e organizar a oferta do reforço. Concomitante ao esforço da vacinação, medidas como a exigência do passaporte vacinal em espaços públicos, o uso de máscaras em locais fechados e locais abertos com aglomeração, preservação de distanciamento físico e higiene constantes das mãos permanecem sendo de grande relevância.

TAXA DE OCUPAÇÃO (%) DE LEITOS DE UTI COVID-19 PARA ADULTOS



Distanciamento físico

O mundo tem presenciado, nos últimos dias, o retorno do confinamento e *lockdown* em diversos locais da Europa, principalmente naqueles em que a cobertura vacinal não progrediu a níveis satisfatórios. Comprova-se, portanto, que a Covid-19 ainda representa um desafio em escala global. Definitivamente, a vacinação, descolada de outras recomendações não farmacológicas, não será suficiente para determinar o fim da pandemia. **Recentemente, foram observadas iniciativas de abandono destas medidas, especialmente a liberação do uso das máscaras e o relaxamento das medidas de distanciamento físico. Isto se dá não só pela baixa adesão populacional, mas principalmente pelo desincentivo da gestão à sua adoção.**

O Observatório Covid-19 Fiocruz vem acompanhando o padrão dos indicadores de distanciamento físico, concomitante à progressão na cobertura vacinal. A figura abaixo apresenta o Índice de Permanência Domiciliar. Ele faz um comparativo da quantidade de pessoas que se encontram em casa na data atual e no período entre 3 de janeiro e 6 de fevereiro de 2020. Um valor negativo significa que há maior circulação nas ruas do que no período anterior ao início da pandemia. Valores positivos, ao contrário, indicam que as pessoas estão mais reclusas em seus domicílios.

O que se percebe é que, **no Brasil, desde meados de julho, o índice se encontra abaixo de zero. Isto significa que a população brasileira, hoje, tem circulado nas ruas de forma mais intensa do que antes da pandemia.** Vale ressaltar que este é o padrão do Brasil como um todo e há diferenças em outras escalas, como os estados ou os municípios. Ainda assim, os dados permitem dizer que é uma circulação de grande intensidade, e este padrão é especialmente

preocupante em um cenário em que os índices de transmissão ainda são considerados altos no país. É importante reforçar que a ausência de distanciamento físico pode ser observada a partir de formas distintas de aglomeração, desde o transporte público até atividades de comércio e lazer. Em qualquer destas situações há uma exposição prolongada de pessoas em espaços confinados. Além disso, **aglomerações em espaços abertos podem igualmente representar risco, já que a proximidade entre as pessoas é determinante do contágio.**

Há muita expectativa, com a proximidade do fim do ano, de que eventos como o réveillon e o carnaval de 2022 ocorrerão da mesma forma como eram programados antes da pandemia, promovendo intensa aglomeração nas ruas e transportes públicos. A iminência das férias escolares também cria uma atmosfera de “novo normal”, com uma abertura completa e irrestrita para viagens, passeios ao ar livre, atividades recreativas e oferta de serviços. Embora o avanço da cobertura vacinal no país esteja trazendo benefícios inegáveis para a mitigação da pandemia, esta estratégia não pode ser tratada como a única medida necessária para interromper a transmissão do vírus entre a população.

Ainda não é o momento de abandonar hábitos que só tem trazido benefícios, como as medidas de proteção individual e o uso de máscaras, assim como as restrições de circulação em espaços de grande aglomeração. A recomendação é de que, enquanto se caminha para um patamar ideal de cobertura vacinal, medidas de distanciamento físico, uso de máscaras e higienização das mãos sejam mantidas e que a realização de atividades que representem maior concentração e aglomeração de pessoas só sejam realizadas com comprovante de vacinação.

ÍNDICE DE PERMANÊNCIA DOMICILIAR NO BRASIL, 2020-2021

